



Edmilson Gomes da Silva ¹

José Hermógenes Moura da Costa ²

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL EM FLORESTAN FERNANDES: REFLEXÕES SOCIOLOGICAS COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o mito da democracia racial em Florestan Fernandes, articulando uma reflexão sociológica com estudantes do 2º ano do Ensino Médio, a partir da experiência desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em uma escola da rede pública do município de Petrolina-PE. A proposta surge da necessidade de fomentar reflexões críticas acerca das desigualdades étnico-raciais presentes na sociedade brasileira e de suas repercussões nos espaços escolares. A questão-problema que orientou a pesquisa foi: De que forma a abordagem do mito da democracia racial nas aulas de Sociologia contribui para a formação crítica dos estudantes do Ensino Médio e qual o papel do PIBID na construção de práticas pedagógicas antirracistas no ensino de Sociologia? Metodologicamente, adotou-se a abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, buscando compreender, por meio da experiência no PIBID, como se constroem práticas pedagógicas voltadas à discussão crítica do racismo. Além da vivência no programa, realizou-se um levantamento bibliográfico em obras de Florestan Fernandes (2008), Gilberto Freyre (1933), Silvio de Almeida (2019), Djamila Ribeiro (2019), Ângela Davis (1981), Nilma Lino Gomes (2017), Kabengele Munanga (2005), entre outras/os. O estudo ancora-se especialmente na análise de Florestan Fernandes sobre o mito da democracia racial e no conceito de racismo estrutural, ampliando o debate para a realidade educacional. Como resultado, realizou-se uma roda de conversa com os estudantes do 2º ano do Ensino Médio em Sociologia, que possibilitou a reflexão crítica sobre o racismo e a importância da construção de práticas pedagógicas antirracistas no espaço escolar.

Palavras-chave: Mito da democracia racial, Racismo estrutural, Ensino de Sociologia, Ensino Médio, PIBID.

INTRODUÇÃO

¹ Mestre em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univaf, professoredmilsongomes@gmail.com

² Doutor em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, hermogenes.moura@univasf.edu.br





O debate acerca das relações étnico-raciais no Brasil é marcado por contradições históricas e políticas que atravessam a formação da sociedade e impactam diretamente os espaços escolares. Entre os conceitos centrais para compreender essas contradições está o mito da democracia racial, analisado criticamente por Florestan Fernandes (2008), que desmistifica a ideia de harmonia entre brancos e negros no país, evidenciando as profundas desigualdades sociais e raciais que estruturam a realidade brasileira.

A relevância desse debate torna-se ainda mais evidente quando se considera que a escola é um dos espaços privilegiados para a problematização de preconceitos, estereótipos e desigualdades, além de ser terreno fértil para a formação crítica e cidadã dos(as) estudantes. Nesse sentido, a Sociologia, como disciplina do Ensino Médio, contribui para ampliar a compreensão das estruturas sociais e para promover a reflexão sobre práticas de resistência e transformação social.

O presente artigo tem como objetivo discutir o mito da democracia racial em Florestan Fernandes, articulando uma reflexão sociológica com estudantes do 2º ano do Ensino Médio, a partir de uma experiência pedagógica desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em uma escola pública do município de Petrolina-PE. A proposta surgiu da necessidade de fomentar reflexões críticas sobre as desigualdades étnico-raciais presentes na sociedade brasileira e suas repercussões nos espaços escolares, a fim de fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a construção de uma educação antirracista.

A questão-problema que orientou o estudo foi: De que forma a abordagem do mito da democracia racial nas aulas de Sociologia contribui para a formação crítica dos(as) estudantes do Ensino Médio e qual o papel do PIBID na construção de práticas pedagógicas antirracistas no ensino de Sociologia?

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, ancorada tanto na vivência no PIBID quanto no levantamento bibliográfico em autores(as) como Florestan Fernandes (2008), Gilberto Freyre (1933), Silvio de Almeida (2019), Djamila Ribeiro (2019), Angela Davis (1981), Nilma Lino Gomes (2017), Kabengele Munanga (2005), entre outros(as). O estudo fundamenta-se especialmente na análise de Florestan Fernandes sobre o mito da democracia racial e no conceito de racismo estrutural, ampliando o debate para a realidade educacional e suas práticas formativas.

Assim, este trabalho reafirma a importância de inserir no Ensino Médio práticas pedagógicas que questionem as desigualdades raciais, desconstruam o mito da democracia



racial e contribuem para a formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a justiça social.

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, voltada para a compreensão das práticas pedagógicas que problematizam o mito da democracia racial no Ensino Médio. A escolha dessa abordagem justifica-se pela natureza do objeto investigado, que envolve a análise das percepções, discursos e reflexões produzidos por estudantes a partir de uma proposta educativa voltada ao enfrentamento crítico do racismo.

Para a análise dos dados, adotou-se o método de análise sociológica proposto por Florestan Fernandes, que busca compreender os fenômenos sociais a partir de suas estruturas históricas e relações de poder, considerando o contexto social em que emergem e as contradições que os sustentam. Nesse sentido, as práticas pedagógicas são interpretadas como expressões de processos históricos de desigualdade racial e de resistência cultural no espaço escolar.

Conforme destaca Fernandes (1978, p. 25), “a democracia racial no Brasil não se consolidou como um fato, mas como uma ideologia que mascara as desigualdades e mantém a estrutura racial vigente”. Assim, a investigação fundamenta-se nesse referencial para compreender como a escola pode atuar como espaço de reflexão crítica e transformação social diante das contradições da realidade brasileira.

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), em uma escola pública do município de Petrolina-PE, com uma turma do 2º ano do Ensino Médio. A ação pedagógica consistiu na realização de uma roda de conversa, organizada e mediada pelas bolsistas do subprojeto de Sociologia, a partir da leitura e discussão de textos de apoio sobre o pensamento de Florestan Fernandes e do debate sobre o mito da democracia racial no Brasil.

O objetivo central da atividade foi estimular os(as) estudantes a relacionarem a crítica de Florestan Fernandes às desigualdades étnico-raciais ainda presentes na sociedade brasileira, trazendo para o espaço escolar reflexões sobre racismo estrutural, preconceito e discriminação. Para tanto, foram utilizadas estratégias pedagógicas dialógicas, fundamentadas na pedagogia crítica de Paulo Freire (1996), valorizando a escuta ativa, a problematização e a participação efetiva dos(as) estudantes como sujeitos do processo de ensino-aprendizagem.





Além da prática em sala, realizou-se um levantamento bibliográfico em autores(as) que discutem as questões étnico-raciais no Brasil, como Florestan Fernandes (2008), Gilberto Freyre (1933), Silvio de Almeida (2019), Djamila Ribeiro (2019), Angela Davis (1981), Nilma Lino Gomes (2017), Kabengele Munanga (2005), entre outros(as). Esse aporte teórico permitiu articular a experiência empírica com a produção acadêmica, ampliando a análise crítica.

Os instrumentos de produção de dados incluíram registros em diário de campo das bolsistas, observação participante e anotações sobre as falas dos(as) estudantes durante a roda de conversa. A análise concentrou-se nos discursos e nas reflexões produzidas no decorrer da atividade, buscando identificar de que forma a abordagem do mito da democracia racial contribuiu para a formação crítica dos(as) estudantes e como o PIBID fortalece práticas pedagógicas antirracistas no ensino de Sociologia.

REFERENCIAL TEÓRICO

FLORESTAN FERNANDES E A CRÍTICA AO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

A reflexão sobre o mito da democracia racial ocupa lugar central na compreensão das desigualdades étnico-raciais no Brasil. A expressão, amplamente difundida, sugere a ideia de que a sociedade brasileira teria se constituído em harmonia entre brancos, negros e indígenas, sem a presença de conflitos raciais significativos. Contudo, autores clássicos e contemporâneos demonstram que tal concepção não resiste à análise sociológica crítica.

Para Florestan Fernandes (2008), o mito da democracia racial desempenhou papel ideológico fundamental na manutenção das desigualdades raciais no Brasil. Em seus estudos sobre a integração do negro na sociedade de classes, o autor evidencia que a abolição da escravatura não representou inclusão social, mas apenas uma mudança formal que manteve os negros em situação de exclusão e marginalização. Fernandes aponta que o mito serviu como mecanismo de ocultamento do racismo estrutural, naturalizando a desigualdade e dificultando o avanço de políticas de reparação.

A formulação inicial dessa visão encontra-se em Gilberto Freyre (1933), que em *Casa-Grande & Senzala* descreve a formação da sociedade brasileira como resultado da mestiçagem entre portugueses, indígenas e africanos. Para Freyre, essa convivência teria gerado uma sociedade marcada pela plasticidade cultural e pela ausência de barreiras raciais rígidas. Apesar de inovador ao valorizar a contribuição africana na cultura brasileira, o autor





acabou contribuindo para a cristalização da noção de que o Brasil seria um país livre de conflitos raciais.

A crítica a essa concepção é aprofundada por autores(as) contemporâneos(as), como Silvio de Almeida (2019), que define o racismo como estrutural, ou seja, inscrito nas instituições, práticas sociais e no próprio funcionamento da sociedade. Para o autor, não se trata apenas de atitudes individuais de preconceito, mas de um sistema que organiza desigualdades e privilégios de forma contínua.

Djamila Ribeiro (2019) reforça essa análise ao problematizar o lugar de fala e a necessidade de visibilizar vozes historicamente silenciadas. Sua reflexão aponta para a importância da representatividade e do reconhecimento das experiências negras como parte essencial do combate ao racismo.

No mesmo sentido, Nilma Lino Gomes (2017) destaca o papel da educação na construção de práticas pedagógicas antirracistas, defendendo que a escola deve ser um espaço de valorização das identidades negras e de enfrentamento às discriminações. Já Kabengele Munanga (2005) enfatiza a urgência de desconstruir os mitos que mascaram o racismo brasileiro, lembrando que a democracia racial é, na verdade, uma falácia que impede avanços no campo da igualdade.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A experiência desenvolvida no âmbito do PIBID/Sociologia, em uma escola pública de Petrolina – PE, possibilitou articular teoria e prática a partir da reflexão crítica sobre o mito da democracia racial. A proposta teve como base o pensamento de Florestan Fernandes (2008), cuja análise sociológica evidencia as contradições da sociedade brasileira e denuncia o caráter ideológico da chamada “democracia racial”, que encobre as desigualdades e a exclusão da população negra.

A atividade central consistiu na realização de uma roda de conversa com estudantes do 2º ano do Ensino Médio, mediada pelas bolsistas do programa, com o apoio de textos de leitura, trechos de obras de Fernandes e materiais complementares que provocaram o debate e a análise crítica.

Roda de Conversa: Desconstruindo o Mito da Democracia Racial

Disciplina: Sociologia

Ano/Série: 2º Ano do Ensino Médio

Duração: 2 aulas (90 minutos)





Autor base: Florestan Fernandes

Tema central: O mito da democracia racial e as contradições da sociedade brasileira
IX Seminário Nacional do PIBID

Objetivo Geral

Promover uma reflexão crítica sobre as ideias de Florestan Fernandes acerca do mito da democracia racial no Brasil, estimulando o pensamento sociológico, o protagonismo juvenil e a consciência cidadã.

Objetivos Específicos

Compreender o conceito de mito da democracia racial;

Identificar como o racismo estrutural se manifesta nas relações sociais e educacionais;

Refletir sobre a contribuição de Florestan Fernandes para os estudos das relações raciais;

Desenvolver a escuta ativa, a empatia e o respeito à diversidade de opiniões.

Temas para Discussão:

1-O que é o mito da democracia racial?

Por que muitos acreditam que o Brasil é um país sem racismo?

Quais os riscos de acreditar nesse mito?

Que exemplos do cotidiano revelam que essa ideia é falsa?

2-Florestan Fernandes e a herança da escravidão

O que mudou (ou não) após a abolição da escravidão?

Como a falta de políticas de inclusão afetou os negros libertos?

De que forma essa herança ainda está presente hoje?

3- A escola e o enfrentamento do racismo

A escola é um espaço de igualdade racial?

Que atitudes racistas podem aparecer no ambiente escolar?

O que podemos fazer, como estudantes, para combatê-las?

4-A mídia e a construção das representações raciais

Como a televisão, o cinema e as redes sociais retratam pessoas negras?





Essas representações reforçam ou combatem o racismo?

Como podemos usar as mídias para mudar essa narrativa?

IX Seminário Nacional do PIBID

5- Caminhos para uma sociedade antirracista

O que significa ser antirracista na prática?

Que ações concretas podem ser adotadas no cotidiano escolar?

Como a reflexão de Florestan Fernandes pode inspirar mudanças sociais?

A roda de conversa proporcionou um espaço de escuta, diálogo e conscientização, fortalecendo o protagonismo dos estudantes e a compreensão de que o enfrentamento ao racismo requer ação crítica, conhecimento histórico e compromisso coletivo. Essa vivência reforçou o papel da escola como lugar de transformação social, alinhando-se aos princípios formativos do PIBID e à perspectiva emancipadora defendida por Florestan Fernandes.

Durante a roda de conversa, os(as) estudantes relacionaram a análise de Fernandes com situações vivenciadas em seu cotidiano escolar e comunitário. Questões como preconceito, desigualdade de oportunidades, racismo velado e exclusão social foram apontadas como evidências de que o mito da democracia racial não corresponde à realidade brasileira. Essa aproximação revelou a atualidade da crítica de Fernandes, confirmando que a noção de harmonia racial ainda serve como discurso ideológico para mascarar práticas discriminatórias.

A mediação foi conduzida de forma dialógica, valorizando a escuta e a participação ativa dos(as) estudantes, em consonância com os princípios de Paulo Freire (1996). Esse formato possibilitou a construção coletiva de saberes, reforçando a autonomia intelectual dos(as) jovens e estimulando o protagonismo estudantil na análise da realidade social. Muitos estudantes destacaram que, embora já tivessem ouvido a expressão “democracia racial”, não tinham clareza sobre seu significado ou sobre o impacto desse mito na reprodução das desigualdades.

Os relatos coletados evidenciam que a atividade contribuiu para ampliar a compreensão sobre o racismo estrutural, conceito fundamental apresentado por Silvio de Almeida (2019). A discussão permitiu identificar como práticas discriminatórias se manifestam nas instituições escolares, no acesso ao mercado de trabalho e na mídia, confirmando que o racismo opera de forma estrutural e não apenas como atitudes individuais.

Nesse processo, as contribuições de Djamila Ribeiro (2019), ao enfatizar a importância do lugar de fala, e de Nilma Lino Gomes (2017), ao destacar a urgência de



práticas pedagógicas antirracistas, foram fundamentais para orientar a reflexão. As falas dos(as) estudantes demonstraram a percepção de que a escola pode e deve ser um espaço de resistência, em que se discutam as desigualdades e se promovam ações educativas de enfrentamento ao racismo.

A prática reafirmou a importância do PIBID como política de valorização da formação inicial docente. A experiência no chão da escola possibilitou às bolsistas vivenciar o desafio de mediar debates sobre um tema sensível e, ao mesmo tempo, urgente para a educação brasileira. Conforme aponta Kabengele Munanga (2005), a desconstrução do mito da democracia racial é condição essencial para o avanço da igualdade racial, e o espaço escolar desempenha papel estratégico nesse processo.

Além disso, a reflexão dialogou com as análises de Angela Davis (1981) sobre a interseção entre raça, gênero e classe, ampliando a percepção de que o combate ao racismo está intrinsecamente relacionado à luta contra outras formas de opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência analisada neste estudo reafirma a importância do ensino de Sociologia como espaço privilegiado para a reflexão crítica acerca das desigualdades raciais e das contradições da sociedade brasileira. A discussão sobre o mito da democracia racial, a partir das contribuições de Florestan Fernandes (2008), mostrou-se essencial para desconstruir visões idealizadas de harmonia racial e para revelar os mecanismos de ocultamento do racismo estrutural que atravessa as instituições e as práticas sociais. Nesse sentido, a análise dialoga diretamente com as contribuições de Silvio de Almeida (2019), que evidencia como o racismo não é um desvio individual, mas sim um sistema enraizado que organiza as relações sociais e perpetua privilégios e desigualdades.

A atividade desenvolvida no âmbito do PIBID/Sociologia demonstrou o potencial transformador de práticas pedagógicas baseadas no diálogo, na escuta ativa e na construção coletiva de saberes. A roda de conversa com estudantes do Ensino Médio possibilitou aproximar teoria e realidade, permitindo que os(as) jovens reconhecessem as desigualdades étnico-raciais em seu cotidiano e compreendessem a necessidade de enfrentá-las por meio de uma postura crítica, cidadã e engajada.

O estudo também evidenciou a relevância do PIBID como política pública de valorização da formação inicial docente, pois proporciona experiências que articulam ensino, pesquisa e extensão, favorecendo o desenvolvimento de uma identidade docente





comprometida com a justiça social. Nesse processo, as reflexões de autores(as) como Silvio de Almeida (2019), Djamila Ribeiro (2019), Nilma Lino Gomes (2017), Kabengele Munanga (2005) e Angela Davis (1981) enriqueceram a análise, ampliando o debate sobre o racismo estrutural e as práticas pedagógicas antirracistas.

Conclui-se que a articulação entre Sociologia, direitos humanos e práticas educativas antirracistas é indispensável para a formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de resistir ao silenciamento e à naturalização das desigualdades históricas. Em tempos de recrudescimento de discursos de ódio e ameaças à democracia, educar para a resistência torna-se não apenas um desafio pedagógico, mas também um ato ético e político.

Assim, reafirma-se a necessidade de fortalecer experiências como o PIBID, que aproximam universidade e escola, teoria e prática, e contribuem para consolidar um projeto educativo comprometido com a equidade racial, a cidadania plena e a transformação social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Redisputindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

